3.4.10. Processo nº 000081-150/2014
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Fundo Ver-o-Sol
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas no âmbito do convênio realizado pela Faculdade Ideal - FACI com o Fundo Ver-o-Sol.

3.5. Processos de Relatoria da Conselheira DULCELINDA LOBATO PANTOJA:
 3.5.1. Processo nº 000020-012/2020 - Declínio
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE
 Origem: PJ de Itupiranga
 Assunto: Apurar cumprimento de condicionantes ambientais do mosaico lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

3.5.2. Processo nº 001286-116/2013
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Superintendência do Sistema Penal - SUSIPE
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar supostas ilegalidades/irregularidades no Pregão eletrônico nº 153/2008/SUSIPE, 028/2008/SUSIPE e 014/2010/SUSIPE.

3.5.3. Processo nº 004883-710/2017
 Requerente(s): Ministério Público Federal
 Requerido(s): Em apuração
 Origem: 1º PJ de Barcarena
 Assunto: Apurar denúncia de infrações e danos ambientais ocasionados pelo tráfego irregular de embarcações no Furo do Nazário.

3.5.4. Processo nº 000372-151/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar denúncia de irregularidades na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL).

3.5.5. Processo nº 001356-116/2013
 Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA
 Requerido(s): Hospital Ophir Loyola - HOL
 Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar a Nota Técnica nº 03/2009/AGE sobre a situação funcional dos servidores públicos do Hospital Ophir Loyola - HOL.

3.5.6. Processo nº 000089-178/2019
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Jaime Barbosa da Silva - EX-Prefeito
 Origem: PJ de Óbitos
 Assunto: Apurar irregularidades referentes ao Convênio nº 381/2006-SE-DUC

3.5.7. Processo nº 001985-032/2019
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social
 Origem: 1º PJ de Paragominas
 Assunto: Apurar denúncias de irregularidades na gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS em Paragominas.

3.5.8. Processo nº 001122-125/2014
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Promotora de Justiça Suely Regina Ferreira Aguiar Catete
 Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 265465/2003 da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP.

3.5.9. Processo nº 000076-113/2019
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
 Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém
 Assunto: Apurar denúncia de estacionamento irregular e ocupação do espaço público provocado pelo evento "Ressaca do Milionário".

3.5.10. Processo nº 002246-116/2013
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Secretaria de Estado da Fazenda -SEFA
 Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará (SEFA).

3.6. Processos de Relatoria do Conselheiro HAMILTON NOGUEIRA SALAME:
 3.6.1. Processo nº 000056-012/2018
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Promotora de Justiça Alexssandra Muniz Mardegan
 Origem: Conselho Superior do Ministério Público
 Assunto: Afastamento para frequentar "Mestrado em Direito e Ciência Jurídica Especialidade de Direito Penal e Ciências Criminais" na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3.6.2. Processo nº 000019-012/2020
 Requerente(s): Promotor de Justiça Carlos Fernando da Silva
 Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público
 Origem: Conselho Superior do Ministério Público
 Assunto: Autos do processo de vitaliciamento do Promotor de Justiça Carlos Fernando da Silva, previsto para o dia 21/09/2020, conforme relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

3.6.3. Processo nº 000132-125/2020
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Belém
 Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Belém
 Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas pelo Município de Belém, no pagamento do Adicional Noturno, previsto na Lei nº 7.502/90.

3.6.4. Processo nº 000118-151/2017
 Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
 Requerido(s): Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
 Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
 Assunto: Apurar irregularidades ocorridas na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE).

4. O que ocorrer.
 Belém-PA, 05 de agosto de 2020.
 WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
 Procurador de Justiça
 Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 567461

RESUMO DA PORTARIA Nº 015/2020 – MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL
 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000192-113/2019-MP/1ºPJ/MA/PC/HU - bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
 Polo Ativo/Reclamante: Eliete Moreira Cavalcante, CPF nº 058.143.752-72, filha de Raimundo Cavalcante da Silva e Neusa Moreira Cavalcante.
 Polo Passivo/Reclamado: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém-SEMA.
 Objeto da Investigação: cobrar ação de manutenção e correção (poda) de uma árvore (mangueira) que está localizada em frente à residência da reclamante, oferecendo risco à integridade física dela, de sua família e de transeuntes.
 Data da Instauração: 28/07/2020
 BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

Protocolo: 567225

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 004/2020-MP/PGJ/CGMP, DE 03 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Provimento Conjunto nº 01/2019-MP/PGJ/CGMP, de 23/05/2019. O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará e o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127, caput, e 129, I, II, VIII e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 26 da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), bem como a redação da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 4º do Código de Processo Penal; CONSIDERANDO que o Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou, em repercussão geral, a tese de que o "Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado" (RE 593727, Repercussão Geral, rel. Min. Cezar Peluso, rel. para acórdão Min. Gilmar Mendes, p. 8/9/2015); CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal e o acordo de não persecução penal no âmbito do Ministério Público brasileiro; CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 201/2019 do CNMP, que alterou o texto da Resolução nº 181/2017, também do CNMP, com o propósito de adequá-la às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, no sentido de que reste expressamente consignado que o Estado brasileiro deve adotar providências necessárias para permitir às vítimas de delitos ou a seus familiares participarem de maneira formal e efetiva da investigação de delitos conduzida pelo Ministério Público; CONSIDERANDO a necessidade de permanente aprimoramento das investigações criminais levadas a cabo pelo Ministério Público, especialmente na necessidade de assegurar o pleno acesso e a capacidade de agir dos familiares das vítimas em todas as etapas da investigação criminal; CONSIDERANDO que a plena capacidade de agir dos familiares das vítimas importa não só no direito que têm de serem ouvidos como testemunhas, mas também no direito de ter suas sugestões, informações, provas e alegações efetivamente consideradas pelos agentes ministeriais, os quais deverão avaliá-las fundamentadamente; RESOLVEM expedir o seguinte PROVIMENTO CONJUNTO:

**CAPÍTULO I
 DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE**

Art. 1º O artigo 17 do Provimento Conjunto nº 01/2019-MP/PGJ/CGMP, de 23 de maio de 2019, passa a ser acrescido dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º, com as seguintes redações:
 "Art. 17